



FENAPEF

**FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS**



M & G

CONSULTORIA
POLÍTICA

AGENDA SEMANAL

19 a 23 de maio

2025

Cenário Político

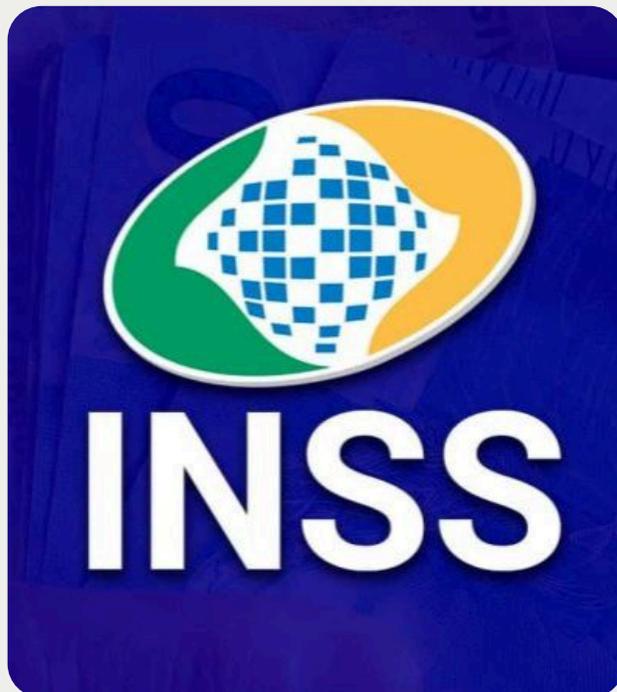
O Congresso Nacional inicia a semana em clima de tensão política e fiscal. O governo federal se prepara para anunciar cortes no Orçamento de 2025, em resposta à necessidade de cumprir a meta fiscal estabelecida. O Ministério da Fazenda, sob comando de Fernando Haddad, deve apresentar ao presidente Lula um conjunto de medidas pontuais voltadas ao reequilíbrio das contas públicas. Haddad participa na quarta-feira (21) de audiência pública na Câmara dos Deputados, ocasião que promete forte repercussão política e econômica.

No Legislativo, o cenário é de disputas entre prioridades. Na Câmara, segue pendente a votação de projeto que extingue os descontos automáticos de mensalidades associativas nos benefícios do INSS, justificando-se pela proteção aos segurados diante de fraudes. A deliberação depende do destrancamento da pauta, bloqueada por proposta do Executivo sobre reestruturação de carreiras federais.

No Senado, um dos temas centrais é a votação do projeto que cria um novo marco para o licenciamento ambiental. A proposta, que busca simplificar e unificar regras para empreendimentos com impacto ambiental, enfrenta resistência de parlamentares ambientalistas e mobiliza setores econômicos interessados na desburocratização dos processos.

No campo do Executivo, o presidente Lula pode assinar nesta semana a Medida Provisória da Reforma do Setor Elétrico, que deverá reorganizar o modelo regulatório do setor, com foco em modernização e sustentabilidade.

Assim, a semana política se desenha como um teste de articulação entre Executivo e Legislativo, em meio ao desafio de ajustar as contas públicas, avançar em pautas regulatórias sensíveis e responder à pressão de diferentes setores da sociedade.



Contingenciamento

Na quinta-feira (22), o governo divulgará o primeiro Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias de 2025, adiado devido à demora na aprovação do Orçamento da União, sancionado apenas em abril. Segundo o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, o relatório trará anúncios de bloqueio de recursos e contingenciamento. Embora haja um espaço fiscal adicional de R\$ 12 bilhões, gerado pela diferença entre a inflação estimada e a efetiva de 2024, o crédito suplementar só será aberto se a arrecadação estiver dentro do previsto e a meta fiscal for cumprida.

Perspectiva semanal

Avaliação Semanal do Governo

POLÍTICA



Diante da dificuldade de barrar a instalação da CPMI sobre desvios em benefícios do INSS, aliados do governo passaram a apoiar a comissão. A estratégia agora é ampliar o escopo das investigações para incluir a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro e buscar o controle de cargos-chave, como a presidência ou a relatoria da comissão.

ECONOMIA



Em março, o volume de serviços prestados cresceu 0,3% em relação a fevereiro, enquanto o comércio varejista teve alta de 0,8%, segundo o IBGE. A produção industrial também avançou em dez dos 15 locais pesquisados.

SOCIAL



Em 2023, o Brasil registrou queda de 2,3% na taxa de homicídios, atingindo 21,2 por 100 mil habitantes — o menor nível desde 2013, segundo o Atlas da Violência. É a terceira redução consecutiva, após o pico de 31,8 em 2017, influenciado por conflitos entre facções criminosas.

Escândalo do INSS

Após o escândalo de fraudes no INSS, o deputado Motta anunciou um “pacote antifraude”, sem detalhar os projetos incluídos. Parlamentares já apresentaram propostas para proibir descontos automáticos nos benefícios, como a do deputado Danilo Forte, que defende pagamentos via boleto bancário. A crise levou à queda do ministro Carlos Lupi e pressões pela criação de uma CPMI, com apoio de bolsonaristas para desgastar o governo Lula. O PT admite apoiar a CPMI, desde que investigue também o governo Bolsonaro. A ministra Gleisi Hoffmann é contra a comissão, alegando que pode atrapalhar a apuração da Polícia Federal. Até agora, mais de 1,3 milhão de beneficiários pediram reembolso, e o governo começará a devolução de R\$ 292,7 milhões em 26 de maio.



Federação PSB e CIDADANIA

O Cidadania deve aprovar, em junho, uma resolução autorizando negociações para formar uma federação com o PSB. Atualmente federado ao PSDB, o Cidadania já anunciou a intenção de encerrar essa aliança, o que só será possível legalmente em março de 2026. O presidente do Cidadania, Comte Bittencourt, afirmou que o partido tem uma relação histórica com o PSB e que as conversas estão em estágio inicial. Não há prazo definido para concluir as negociações, mas Bittencourt vê com bons olhos essa possibilidade e espera um posicionamento mais claro na reunião da Executiva Nacional em junho. A federação pode alterar o cenário político e influenciar as próximas eleições.

Licenciamento Ambiental

O Projeto de Lei 2159/2021, em tramitação no Senado, propõe um marco para o licenciamento ambiental no Brasil, mas é considerado por especialistas, como Suely Araújo (coordenadora do Observatório do Clima), o maior retrocesso ambiental dos últimos 40 anos. A principal crítica é que o projeto facilita o chamado Licenciamento por Adesão e Compromisso (LAC), que seria uma espécie de autolicenciamento, sem exigir estudos ambientais completos, apenas uma descrição do empreendimento.

O projeto prevê simplificar o licenciamento, padronizando regras entre os estados para acelerar processos que hoje são lentos e burocráticos. Porém, cerca de 90% dos licenciamentos passariam a ser feitos via LAC, mesmo para empreendimentos de pequeno e médio porte que podem ter impactos ambientais significativos, como mineradoras.

Além disso, o texto enfraquece o papel de órgãos como ICMBio, Funai e Iphan, prejudicando a proteção de territórios indígenas e quilombolas, já que suas consultas dependem da titulação ou homologação dessas terras. Também exclui o licenciamento para atividades agropecuárias extensivas, alegando que o Código Florestal já regula essa área, o que gerou críticas por flexibilizar a fiscalização em setores impactantes.

Embora o Senado justifique que o projeto visa desburocratizar e acelerar o desenvolvimento econômico, especialistas apontam que ele não resolve os problemas operacionais do licenciamento e pode levar a danos ambientais por falta de estudos adequados.

Disputa entre PSD e UNIÃO BRASIL

O Palácio do Planalto enfrenta dificuldades para manter sua base aliada coesa devido a disputas internas, especialmente entre os partidos do Centrão: PSD e União Brasil. Essas brigas envolvem a disputa por ministérios e espaços no governo, além da definição de candidatos para as eleições de 2026.

O PSD, liderado por Gilberto Kassab, busca mais espaço, como o Ministério do Turismo, atualmente ocupado pelo União Brasil. Já a federação União-PP (União Brasil e PP) tem forte presença e apoia candidaturas alinhadas ao presidente da Câmara, Arthur Lira, enquanto o PSD está aliado ao MDB, rival de Lira em algumas regiões.

No Senado, o presidente Davi Alcolumbre (União-AP) tem travado a aprovação de indicações para agências reguladoras, em conflito com o ministro Alexandre Silveira (PSD), o que tem parado a pauta do plenário.

Além dessas disputas, a saída do PDT da base do governo, após denúncias na Previdência, mostra o cenário delicado do Executivo no Congresso, que enfrenta pouca margem para evitar desgastes e manter a governabilidade.

Emendas Impositivas

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), convocou uma audiência pública para discutir a constitucionalidade das emendas impositivas, como as "emendas pix" e as emendas de bancada. A audiência ocorrerá em 27 de junho e visa colher contribuições técnicas para subsidiar o julgamento de ações diretas propostas pelo PSOL, que questionam dispositivos constitucionais que ampliaram o poder do Congresso na execução do orçamento da União.

As principais questões jurídicas envolvem a compatibilidade dessas emendas com a separação dos Poderes, os princípios da eficiência e planejamento, os impactos fiscais e a responsabilidade fiscal. Os autores das ações argumentam que a obrigatoriedade das emendas compromete a independência entre os Poderes, transferindo ao Legislativo controle significativo sobre despesas públicas.

O ministro ressaltou que o debate será técnico, sem foco em denúncias ou desvios, mas nas controvérsias constitucionais e possíveis decisões do STF sobre o tema.

Notícias da Semana



PL prepara estratégia em antecipação a pacote eleitoral de Lula

FOLHA DE S.PAULO



Partidos grandes aderem a federações para ganhar poder, mas especialistas apontam efeitos colaterais

ESTADÃO 



Duas pequenas vitrines e uma enorme vidraça do PT na segurança

veja



Lula adota linha direta com Alcolumbre e Hugo Motta para aprovação de pautas no Congresso

O GLOBO



Ministros de Lula vão ao Congresso prestar esclarecimentos nesta semana

CNN



Zambelli enfrenta abandono e teme mulheres na prisão após década sob turbilhão

FOLHA DE S.PAULO





**Sem Matérias de Interesse na
Pauta Desta Semana**



Comissão de Segurança Pública (CSP)

Terça-feira (20) - 11h - Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário n° 9

PL 3840/2024 - Aumenta atribuições de conselhos de segurança pública

PL 3840/2024 - Marcos do Val (PODE-ES) - Altera a Lei n° 13.675, de 11 de junho de 2018, para aprimorar a atuação dos Conselhos de Segurança Pública e Defesa Social no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

Relator: senador Alessandro Vieira (MDB-SE)

Parecer: pela aprovação com emenda.

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)

Quarta-feira (21) - 09h - Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário n° 3

PL 3786/2021 - Típica o “Narcocídio”

PL 3786/2021 - Modifica os artigos 33, 35, 55, 56, 57 e 62-A da Lei de Drogas – Lei n° 11.343, de 23 de agosto de 2006, para aperfeiçoar a legislação.

Relator: Sergio Moro (UNIÃO-PR)

Parecer: pela aprovação com emendas.

Sessão Deliberativa Extrordinária Presencial

Terça-feira (20) - 18h

PL 1466/2025 - Emenda Remissão de Indenizações Recebidas de Boa-fé

PL 1466/2025 - Poder Executivo - Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.

Relator: deputado Pedro Paulo (PSD-RJ).

Parecer: aguarda apresentação de parecer

PL 6969/2013 - Lei do Mar (Emenda nº1 - Destina parte dos recursos ao FUNAPOL)

PL 6969/2013 - ex-deputado Sarney Filho (PV-MA) e outro - Institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PNCMar) e dá outras providências.

Relator: deputado Tulio Gadêlha (REDE-PE)

Parecer: pela aprovação na forma do substitutivo.

PL 4149/2004 - Fixa regras para registro, posse e comercialização de armas de fogo

PL 4149/2004 - deputado Carlos Sampaio (PSD-SP) - Dá nova redação ao art. 15 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que "Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas-Sinarm, define crimes e dá outras providências."

Relator: deputado Max Lemos (PDT-RJ)

Parecer: pendente de parecer

Comissão de Segurança Pública... (CSPCCO)

Terça-feira (20) - 14h - Local : Anexo II, Plenário 06

PL 3517/2023 - Institui o Plano Nacional de Segurança de Fronteiras - PNPf

PL 3517/2023 - Marcos Pollon (PL-MS) - Institui o Plano Nacional de Segurança de Fronteiras - PNPf, altera a Medida Provisória N° 2.045-7, de 21 de dezembro de 2000, que Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, e dá outras providências.

Relator: deputado Delegado Caveira (PL-PA)

Parecer: pela aprovação com emenda.

Comissão de Segurança Pública... (CSPCCO)

Terça-feira (20) - Após a Deliberativa - Local : Anexo II, Plenário 06

REQ 83/2025 CSPCCO - deputada Duda Salabert (PDT-MG) - Solicita a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado para debater o Combate ao Assédio e à Violência de Gênero nas Forças Policiais.

REQ 112/2025 CSPCCO - deputada Delegada Ione (AVANTE-MG) - “Requer a realização de audiência pública com a finalidade de debater a Proposta de Emenda à Constituição n°. 18 de 2025”.

REQ 115/2025 CSPCCO - deputado Capitão Alberto Neto (PL-AM) - Requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, para debater medidas de prevenção e enfrentamento ao tráfico internacional de crianças e adolescentes.

Comissão de Constituição e Justiça... (CCJC)

Quarta-feira (21) - 14h - Local : Anexo II, Plenário 01

Audiência Pública:

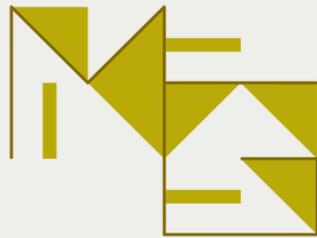
Tema: Debater a Proposta de Emenda à Constituição da Segurança Pública

Convidado: RICARDO LEWANDOWSKI - Ministro da Justiça e Segurança Pública



FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS



M & G
CONSULTORIA
POLÍTICA



moreiraegregorio.com.br



[linkedin.com/moreiraegregorio](https://www.linkedin.com/moreiraegregorio)



(61) 98126-3938



moreiraegregorio@gmail.com



SHIS QI 07, Conjunto 10, Casa 01,
Lago Sul - Brasília, Distrito Federal -
CEP: 71.615-300

*Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais.
Desenvolvido por Moreira&Gregório Consultoria Política. Direitos reservados.*